

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**WILLIAM ZANETTE TAUFEMBACH**

**A ANÁLISE FINANCEIRA BÁSICA PARA CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA  
UMA EMPRESA DE MÉDIO PORTE EM UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA  
PRIVADA**

**CRICIÚMA, DEZEMBRO DE 2012**

**WILLIAM ZANETTE TAUFEMBACH**

**A ANÁLISE FINANCEIRA BÁSICA PARA CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA  
UMA EMPRESA DE MÉDIO PORTE EM UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA  
PRIVADA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador(a): Prof. Clayton Schueroff.

**CRICIÚMA, DEZEMBRO DE 2012**

**WILLIAM ZANETTE TAUFEMBACH**

**A ANÁLISE FINANCEIRA BÁSICA PARA CONCESSÃO DE CREDITO PARA  
UMA EMPRESA DE MÉDIO PORTE EM UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA  
PRIVADA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Gerencial.

Criciúma, 07 de dezembro de 2012.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Clayton Schueroff - Especialista - UNESC - Orientador

---

Examinador 1 Ademir Borges - UNESC

---

Examinador 2 Ângelo Périco - UNESC

***Dedico:***

***A minha mãe que esteve por perto nos momentos bons e também nos de dificuldade. A minha namorada que me motivou desde o início do Curso até o fim, sendo fonte de conselhos e apoio nos momentos mais difíceis.***

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar a oportunidade de alcançar mais uma grande vitória em minha vida.

Agradeço também aos professores que foram fonte de conhecimento e sabedoria, para que este momento fosse possível de se concretizar. Em especial ao professor/Orientador Clayton Schueroff, por nortear esta pesquisa, e ao mesmo tempo propiciar a melhor resolução deste trabalho.

Fico grato também a minha família e amigos que de alguma maneira, contribuíram para me manter forte nesta caminhada, que se mostrou cumprida, porém muito válida, pois criei muitas amizades que levarei pelo resto da vida.

## RESUMO

TAUFEMBACH, William Zanette. **Análise das Demonstrações Contábeis para Concessão de Crédito: um estudo de caso em uma empresa do segmento de energia.** 2010 69 p. Orientador: Clayton Schueroff. Trabalho de Conclusão do curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC.

A contabilidade é uma ferramenta extremamente importante, sendo fonte de informação contábil, com o intuito de fornecer dados, necessários para auxiliar gestores, clientes, enfim todos os usuários para a melhor tomada de decisão. Na análise financeira as informações contábeis, devem mostrar grande credibilidade, estar disponível no menor espaço de tempo, tendo assim grande utilidade aos usuários destas informações. O estudo realizado busca evidenciar a importância das demonstrações contábeis, e dos cálculos realizados para a tomada de decisão em um processo de análise de crédito, realizado por uma instituição financeira privada, onde a mesma, procura através da análise financeira, reduzir os riscos, em uma tomada de decisão, no momento do deferimento do crédito.

**Palavras-chave:** Contabilidade. Análise Financeira. Tomada de Decisão. Concessão de Crédito.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1 – Balanço Patrimonial.....</b>	<b>23</b>
<b>Figura 2 – Análise horizontal.....</b>	<b>30</b>
<b>Figura 3 – Análise Vertical. ....</b>	<b>30</b>
<b>Figura 4 – Liquidez Imediata .....</b>	<b>32</b>
<b>Figura 5 – Liquidez Corrente .....</b>	<b>33</b>
<b>Figura 6 – Liquidez Seca.....</b>	<b>34</b>
<b>Figura 7 – Liquidez Geral .....</b>	<b>34</b>
<b>Figura 8 – Quociente de Capitais de Terceiros - Próprio.....</b>	<b>35</b>
<b>Figura 9 – Quociente de Participação de Capitais de Terceiros .....</b>	<b>35</b>
<b>Figura 10: Quociente de Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total.....</b>	<b>36</b>
<b>Figura 11 – Margem de Lucro sobre as Vendas.....</b>	<b>37</b>
<b>Figura 12 – O Giro do Ativo.....</b>	<b>37</b>
<b>Figura 13 – O Retorno sobre o Investimento .....</b>	<b>38</b>
<b>Figura14 – Retorno sobre o Patrimônio Líquido .....</b>	<b>38</b>

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Balanço Patrimonial - Ativo .....	47
Quadro 2 – Balanço Patrimonial - Passivo .....	48
Quadro 3 – Demonstração do Resultado do Exercício .....	49
Quadro 4 – Notas Explicativas .....	50
Quadro 5 – Dados Extraídos do Balanço para Análise .....	51
Quadro 6 – Dados Extraídos da D R E para Análise .....	52
Quadro 7 – Indicadores Financeiros .....	52



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BP= Balanço Patrimonial

CFC= Conselho Federal de Contabilidade

DFC= Demonstração de Fluxo de Caixa

DMPL= Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DRE= Demonstração do resultado do Exercício

DVA= Demonstração do Valor Adicionado

PH= Percentual Horizontal

PL= Patrimônio Líquido

PV= Percentual vertical

NE= Nota Explicativa

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
1.1 TEMA E PROBLEMA .....	13
1.2 OBJETIVOS DE PESQUISA .....	14
<b>1.2.1 Objetivo Geral</b> .....	14
<b>1.2.2 Objetivos Específicos</b> .....	14
1.3 JUSTIFICATIVA.....	14
1.4 METODOLOGIAS CIENTÍFICAS .....	15
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>16</b>
2.1 OBJETIVO DA CONTABILIDADE .....	16
2.2 PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE.....	16
<b>2.2.1 Introdução</b> .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>2.2.2 Definição dos Princípios de Contabilidade</b> .....	<b>17</b>
2.2.2.1 Entidade .....	17
2.2.2.2 Continuidade .....	18
2.2.2.3 Oportunidade .....	18
2.2.2.4 Registro pelo Valor Original .....	18
2.2.2.5 Atualização Monetária .....	19
2.2.2.6 Competência .....	19
2.2.2.7 Prudência .....	20
2.3 CONVENÇÕES .....	20
<b>2.3.1 Convenção da Objetividade</b> .....	<b>20</b>
<b>2.3.2 Convenção do conservadorismo (Prudência)</b> .....	<b>21</b>
<b>2.3.3 Convenção da Materialidade (Relevância)</b> .....	<b>21</b>
<b>2.3.4 Convenção da Consistência (Uniformidade)</b> .....	<b>22</b>
2.4 ESTRUTURAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	22

<b>2.4.1</b>	<b>Elaboração e divulgação das demonstrações Contábeis</b>	22
2.4.1.1	Balanço Patrimonial	23
2.4.1.2	Demonstração do Resultado do Exercício	24
2.4.1.3	Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados	24
2.4.1.4	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	24
2.4.1.5	Demonstração dos Fluxos de Caixa	25
2.4.1.6	Demonstração do Valor Adicionado	25
2.4.1.7	Notas Explicativas	25
<b>3</b>	<b>CONCEITO SOBRE A ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>	<b>27</b>
3.1	CONCEITO	27
3.2	IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	27
3.3	FINALIDADE DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	28
3.4	PRINCIPAIS FORMAS DE ANÁLISES CONTÁBEIS	29
<b>3.4.1</b>	<b>Métodos das diferenças Absolutas</b>	<b>29</b>
<b>3.4.2</b>	<b>Análise Horizontal (Percentagens Horizontais)</b>	<b>29</b>
<b>3.4.3</b>	<b>Análise Vertical (Percentagens Verticais)</b>	<b>30</b>
<b>3.4.4</b>	<b>Quocientes (Índices ou Rátios)</b>	<b>30</b>
<b>4.</b>	<b>OS PRINCIPAIS ÍNDICES UTILIZADOS NA ANÁLISE DE CRÉDITO</b>	<b>31</b>
4.1	ANÁLISE FINANCEIRA	31
<b>4.1.1</b>	<b>Índices de Liquidez</b>	<b>32</b>
4.1.1.1	Liquidez Imediata	32
4.1.1.2	Liquidez Corrente	33
4.1.1.3	Liquidez Seca	33
4.1.1.4	Liquidez Geral	34
<b>4.1.2</b>	<b>Estrutura de Capitais</b>	<b>34</b>
4.1.2.1	Quociente de Capitais de Terceiros – Próprios	35
4.1.2.2	Quociente de Participação de Capitais de Terceiros	35

4.1.2.3 Quociente de Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total .....	36
4.2 ANÁLISE ECONÔMICA .....	36
<b>4.2.1 Índices de Rentabilidade .....</b>	<b>36</b>
4.2.1.1 Margem de Lucro sobre as Vendas.....	37
4.2.1.2 O Giro do Ativo .....	37
4.2.1.3 O Retorno sobre o Investimento .....	37
4.2.1.4 Retorno sobre o Patrimônio Líquido .....	38
<b>5 CRÉDITO E GARANTIAS .....</b>	<b>38</b>
5.1 CONCEITO DE CRÉDITO .....	38
5.2 POLITICA DE CRÉDITO.....	39
5.3 ANÁLISE DE CRÉDITO .....	40
5.4 CADASTRO DE CRÉDITO.....	43
5.5 OS 6 C'S DO CRÉDITO .....	431
<b>5.5.1 Caráter .....</b>	<b>431</b>
<b>5.5.2 Capacidade .....</b>	<b>431</b>
<b>5.5.3 Capital .....</b>	<b>432</b>
<b>5.5.4 Condições .....</b>	<b>432</b>
<b>5.5.5 Colateral .....</b>	<b>432</b>
<b>5.5.6 Conglomerado .....</b>	<b>433</b>
5.6 CONCEITO DE GARANTIAS.....	433
<b>5.6.1 Principais Tipos de Garantias .....</b>	<b>444</b>
5.6.1.1 Aval .....	444
5.6.1.2 Caução de Duplicatas .....	444
5.6.1.3 Alienação Fiduciária .....	444
5.6.1.4 Penhor Mercantil .....	455
5.7 TOMADA DE DECISÃO .....	455

<b>6 ANÁLISE DO ESTUDO DE CASO .....</b>	<b>466</b>
6.1 O ANALISTA E SEU PARECER.....	533
<b>6.1.1 Análise Financeira .....</b>	<b>533</b>
<b>6.1.2 Análise Econômica.....</b>	<b>544</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>55</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, será exposto o tema e o problema da pesquisa. Em seguida descrevem-se os objetivos, geral e específicos do estudo realizado. Posteriormente, apresenta-se a justificativa, identificando-se a sua relevância e os procedimentos metodológicos para se elaborar o trabalho de conclusão do curso.

### 1.1 TEMA E PROBLEMA

Na atualidade as organizações estão inseridas em um mercado globalizado e extremamente competitivo. Desta forma se faz necessário que as empresas procurem meios para se tornarem vistas no mercado, e sendo assim alcançarem resultados satisfatórios. Para este fim se necessita então de um alto grau de capacidade gerencial, e várias ferramentas importantes para nortear a organização, para realizar um faturamento interessante, sendo uma destas ferramentas a contabilidade.

A contabilidade pode ser utilizada como uma fonte de informação contábil, para auxiliar os gestores, empreendedores, em fim todos os usuários da informação, no intuito de proporcionar a melhor tomada de decisão. Sendo uma ferramenta essencial para análise financeira, econômica e patrimonial das organizações. Desta forma a análise de balanço, procura evidenciar a informação contábil, com intuito de demonstrar a real situação financeira da empresa.

Em determinadas situações as empresas em geral, necessitam de capital financeiro para manter seus negócios, e se manterem em destaque no mercado, a fim de obter o lucro, que é o propósito de toda organização. Desta forma as empresas procuram as instituições financeiras, a fim de captar empréstimos para manter o capital de giro, com o menor custo financeiro possível.

É necessário então, por parte das instituições de crédito, fazer uma profunda análise das empresas solicitantes de recursos antes de efetuar o aporte financeiro, minimizando os riscos de perdas. Para tanto, recorre-se às ferramentas que a ciência da contabilidade oferece propiciando uma análise mais detalhada da estrutura de capital, da liquidez, do endividamento, da atividade e da rentabilidade da tomadora de crédito.

Neste contexto, busca-se aprofundar os conhecimentos em análise de crédito e processo decisório de crédito, utilizando-se o seguinte questionamento que norteará toda a linha de pesquisa:

Quais são os cuidados necessários, para se conceder crédito a uma empresa de médio porte, que devem ser tomados por uma instituição financeira privada?

## 1.2 OBJETIVOS DE PESQUISA

### 1.2.1 Objetivo Geral

O presente estudo terá como objetivo geral levantar na literatura os cuidados que uma instituição financeira privada deve tomar para conceder crédito a uma empresa de médio porte. Desta forma conhecendo-se e realizando-se os procedimentos necessários para se conceder crédito minimizando os riscos.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar na ciência da contabilidade as análises financeiras fundamentais para liberação de crédito.
- Realizar os cálculos e análises financeiras da empresa estudada.
- Perceber possíveis fragilidades operacionais no momento da realização das análises para concessão de crédito por parte do gerente.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

Na atualidade com o crescimento econômico, e a globalização, as organizações estão em uma constante procura de bons resultados, com o intuito de satisfazer acionistas e para se manter competitivas no mercado. Sendo assim se faz necessário em muitas ocasiões o contato das empresas para com as instituições financeiras, seja para se realizar investimentos ou para obtenção de empréstimos.

Nas instituições financeiras, onde a principal função das mesmas é intermediar recursos entre poupadores e investidores, têm como principal fonte de receita a realização de operações de crédito aos clientes. Para que o negócio

realmente se torne receita é fundamental, por parte das instituições, realizarem a correta análise dos demonstrativos contábeis, bem como, conhecerem e calcularem os diversos índices financeiros.

Diante dessa explanação é possível identificar a relevância da pesquisa que objetiva levantar as ferramentas que a contabilidade oferece e que auxiliam na tomada de decisão ao se deferir crédito.

Desta forma o principal objetivo do estudo é conhecer as análises de demonstrações contábeis necessárias para se conceder crédito com segurança, em uma instituição financeira privada, tendo em vista como interesse também comprovar se efetivamente todos os procedimentos e análises está sendo realizado corretamente.

Tendo assim a pesquisa o objetivo de apresentar de forma clara a análise financeira básica, porém muito importante para concessão de crédito em uma instituição financeira privada.

#### 1.4 METODOLOGIA CIENTÍFICA

A pesquisa em questão é caracterizada como descritiva, pois de acordo com Viana (2001) “Neste tipo de pesquisa se deve realizar um estudo detalhado de uma determinada situação-problema, para elencar as variáveis que interferem nas relações”.

A tipologia da pesquisa se restringe ao estudo de caso e a pesquisa bibliográfica do assunto questão, procurando-se elaborar um questionário estruturado, a fim de coletar dados qualitativos, para se conhecer os resultados obtidos nas análises contábeis do estudo de caso atribuído ao trabalho.

De acordo com Martins (2004 p.86) a pesquisa bibliográfica “ é o ponto de partida de toda pesquisa, levantamento de informações feito a partir de material coletado em livros, revistas, artigos, dentre outras fontes publicadas”

Desta forma se entende que o procedimento de pesquisa bibliográfica de acordo com Vianna (2001 p.28) se restringe: “Ao estudo de diferentes teorias, informações, dados e outros aspectos a respeito do problema que se propôs estudar, coletando-se em fontes bibliográficas diversas”.



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 OBJETIVO DA CONTABILIDADE

Para Braga (2006) a contabilidade em uma visão predominante, tem como objetivo principal gerar informação contábil com intuito de auxiliar na tomada de decisão, tanto para usuários internos, como usuários externos da informação contábil.

Segundo Braga (2006) a contabilidade é uma forma de expressar planos administrativos e uma forma de relatar os resultados da empresa para a administração da mesma. A linguagem utiliza palavras para expressar uma idéia, já a contabilidade se utiliza de palavras e números.

Ainda de acordo com Braga (2006), a contabilidade é um instrumento da administração da empresa, sendo assim, deve-se adequar a mesma, para ser utilizada da melhor forma possível, pois a complexidade da tomada de decisão nos negócios empresariais, torna a contabilidade fundamental, sendo utilizada sistematicamente para controle e planejamento empresarial.

Para Braga (2006) a informação contábil como citado anteriormente, serve como parâmetro para tomada de decisão para usuários internos e externos. Destacam-se como usuários, os administradores e gestores da organização, proprietários da mesma, funcionários, clientes e fornecedores, bancos e também a comunidade a qual a empresa está instalada.

Desta maneira pode-se entender que a contabilidade serve não somente para auxílio dos gestores da empresa, como também para fonte de informação para todos os órgãos que se relacionam com a empresa em questão.

De acordo com Ludícibus (2008) para se valer da informação contábil deve-se inicialmente conhecer alguns conceitos que servem como regras básicas para o cumprimento legal da contabilidade, denominados como princípios contábeis.

### 2.2 PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE

Para Ludícibus (2008) a utilização dos princípios de contabilidade tem como objetivo adequar a escrituração e as demonstrações contábeis de qualquer entidade, para que as informações contábeis, reflitam de forma correta, a real situação patrimonial, e econômica da organização, para que os usuários possam tomar suas decisões com a maior segurança possível.

Para Braga (2006), o conhecimento dos princípios gerais precisam ser adequados na contabilidade empresarial, com relação direta com algumas “convenções” que regem tais princípios, de acordo com costumes e práticas tradicionais realizadas na atividade empresarial em questão, para que se possa assim compreender todas as informações que as demonstrações contábeis devem oferecer.

Ainda de acordo com Braga (2006), as condições básicas para que um princípio contábil seja utilizado, são exatamente a sua praticabilidade e sua utilidade. Sendo assim, um princípio só deve ser incorporado na contabilidade, se for considerado realizável pelo consenso profissional, e da mesma forma, seja útil a aplicação do mesmo.

## **2.2.2 Definição dos Princípios de Contabilidade**

Com a resolução CFC Nº 750, de 29 de dezembro de 1993 e atualizado pela resolução 1.282/10, determinou-se a observância pela profissão contábil, os seguintes Princípios de Contabilidade: Entidade, Continuidade, Oportunidade, Registro pelo Valor Original e Atualização Monetária, Competência e Prudência.

### **2.2.2.1 Entidade**

De acordo com Ludícibus (2008), a contabilidade e os registros devem ser realizados para a entidade, como pessoa distinta dos sócios, seja pessoa jurídica ou física. Desta forma o Ativo, Passivo, e Patrimônio Líquido pertencem a entidade. Os sócios não têm direito algum sobre o patrimônio Líquido, até que em assembléia, estatuto ou lei determine, que uma parte dos lucros seja destinada a um sócio, ou no caso da retirada do mesmo da sociedade.

Ainda de acordo com Ludícibus (2008) o princípio da entidade é de grande importância, pois distingue o que é propriedade dos sócios, e o que é representado

como parte da empresa, como forma de diferenciar e reconhecer o que é patrimônio da organização.

#### 2.2.2.2 Continuidade

Para Braga (2006) os procedimentos contábeis devem acreditar na continuidade da organização, com o intuito de realização do ciclo operacional e de investimentos que devem ser renovados com o passar do tempo.

Para Ludícibus (2008) a contabilidade procura ver a empresa como algo que está em constante movimento. A mesma é vista como um mecanismo, que está voltado a acrescentar valor aos recursos que são utilizados no processo operacional, sendo que o sucesso do negócio é medido de acordo com o valor das vendas ou serviços realizados.

#### 2.2.2.3 Oportunidade

De acordo com Ludícibus (2008) o princípio da oportunidade expõe que todos os fatos realizados contabilmente na entidade, devem ser registrados no momento que ocorre o fato gerador. Desta forma mesmo os fatos contábeis em que se tenha possível grau de certeza da ocorrência, devem ser registrados na contabilidade.

De acordo com Braga (2006) o registro contábil compreende os elementos quantitativos e qualitativos, contemplando os aspectos físicos e monetários do fato gerador. Deve-se reconhecer a variação ocorrida na entidade em determinado tempo, com intuito de gerar informação para o processo de decisão dos gestores.

#### 2.2.2.4 Registro pelo Valor Original

Para Braga (2006), os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior da entidade, sendo expressados pelo valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriormente.

De acordo com Ludícibus (2008, p 16):

Um ativo é incorporado nos registros contábeis pelo preço pago para adquiri-lo ( mais os desembolsos necessários para colocá-lo em condições de funcionamento ou de venda ) ou pelo custo dos insumos utilizados para fabricá-lo; este valor é a base para todas as contabilizações subseqüentes relativas ao uso do ativo.

Sendo assim a alteração do valor nos registros contábeis sem a devida legalidade, pode causar distorções nos documentos contábeis.

#### 2.2.2.5 Atualização Monetária

Para Braga (2006) é o ajuste do valor dos componentes patrimoniais, devido à perda do valor aquisitivo em determinado ambiente inflacionário.

Para Ludícibus (2008), a contabilidade deve se preocupar com os eventos econômicos que são passíveis de avaliação monetária, porém nem todos os eventos econômicos são passíveis de registro contábil e alguns registros contábeis não caracterizam eventos econômicos. Sendo assim, para a avaliação dos fatos registrados pela contabilidade em unidade monetária, é extremamente importante qualificar e quantificar os elementos patrimoniais.

#### 2.2.2.6 Competência

Neste princípio entende-se que as receitas e as despesas devem ser reconhecidas para apuração do resultado no período a qual as mesmas se referem, ou seja, devem ser registradas no momento que acontecerem, de acordo com o fato gerador.

De acordo com Ludícibus (2008, p. 19) na contabilidade:

Para análise de balanços, a aplicação de critérios diferenciados no reconhecimento de gastos, ora como despesa do período, ora como ativo para posterior amortização, é de grande importância, devido aos efeitos sobre resultados dos vários períodos, principalmente nas análises de retorno de investimento que se podem realizar a partir de tais dados e como elemento preditivo das perspectivas da empresa.

De acordo com Ludícibus (2008) desta maneira pode-se compreender a grande valia de se reconhecer as despesas e receitas no momento correto, a fim de se ter uma melhor compreensão e entendimento da situação patrimonial da

entidade, como também para evitar constrangimentos e a realização de dívidas tributárias.

#### 2.2.2.7 Prudência

De acordo com Braga (2006), o princípio da prudência indica que deve-se determinar o menor valor para os componentes do ATIVO, e do maior para os do PASSIVO, sempre que se tenha alternativa igualmente aceita, para se medir as mutações do patrimônio.

Analisar e registrar os componentes de acordo com o que foi citado por Braga (2006), faz com que a entidade tenha um valor seguro do patrimônio líquido da empresa, a fim de poder tomar as decisões empresariais de acordo com o valor real dos ativos e passivos.

### 2.3 CONVENÇÕES

Para Braga (2006) na organização, após os registros contábeis das operações realizadas em determinado período, a entidade deve tomar algumas medidas de natureza contábil e administrativa a fim de elaborar as demonstrações contábeis, também conhecidas como demonstrações financeiras.

De acordo com Braga (2006) as convenções representam um complemento aos princípios contábeis, dando conceitos, atribuições e direções que a entidade pode seguir, com o intuito de sedimentar a experiência e o bom-senso da profissão do contador em relação aos problemas contábeis de determinada organização.

Destacam-se a seguir as convenções contábeis e seus fundamentos teóricos.

#### 2.3.1 Convenção da Objetividade

Para Braga (2006) a informação contábil para que seja útil e aplicada na empresa, deve além de ser relevante, ser objetiva, ou seja, de nada adianta uma

informação ser importante e concreta, porém só ser transmitida aos usuários em tempo discordante.

Para Sergio Ludicibus (2008, p 21):

a finalidade desta convenção como, de resto, de todas as demais convenções, é eliminar ou restringir as áreas de liberalidade na aplicação dos princípios de contabilidade, especificamente no que se refere às evidências de bases de avaliação. Assim entre vários procedimentos igualmente relevantes ou até desigualmente relevantes, tenderemos a escolher sempre o mais objetivo.

Desta forma entende-se que nada adianta uma informação ser relevante e fidedigna, se está fora do tempo.

### **2.3.2 Convenção do conservadorismo (Prudência)**

Para Braga (2006) a prudência deve ser utilizada na transmissão da informação contábil, com a intenção de mostrar para os administradores, proprietários e interessados externos, uma visão mais conservadora para a medição do ativo, passivo e patrimônio líquido da entidade.

De acordo com Ludicibus (2008), esta convenção é importante como modificadora e qualificadora do princípio do custo pelo valor original, porém é pouco aplicada, pelo fato de não haver mais insistência por parte dos contadores em registrar o ativo pelo preço inferior ao custo ou valor de mercado. Muitos contadores acreditam ser uma ideia ilógica, pois deve-se buscar aproximar ao máximo do valor real, seja por custo ou valor de mercado.

### **2.3.3 Convenção da Materialidade (Relevância)**

De acordo com Ludicibus (2008) essa convenção estabelece que o profissional contábil, deve atentar a registrar corretamente apenas os fatos contábeis relevantes para a entidade na ocasião oportuna. O mesmo não deve desperdiçar tempo e dinheiro em busca de fatos que comprovem valores irrisórios para o patrimônio.

Para Ludicibus (2008) o contador deve registrar na contabilidade somente os fatos dignos de atenção, de acordo com sua materialidade, a fim de evitar

desperdícios de tempo, porém o mesmo, deve se atentar em não cometer equívocos maiores, por falta de controles internos, produzindo assim grande distorções na informação contábil, futuramente.

### **2.3.4 Convenção da Consistência (Uniformidade)**

De acordo com Braga (2006), após o contador adotar determinado critério de avaliação, deve manter o mesmo ao longo dos anos, sem mudar drasticamente, a fim de não prejudicar a possibilidade de comparação dos dados contábeis em determinado tempo.

Para Ludicibus (2008) a convenção da consistência é um dos pontos mais importantes dentro da prática contábil, pois consegue inclusive diminuir o impacto negativo de certos princípios que não possuem maior relevância.

## **2.4 ESTRUTURAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

### **2.4.1 Elaboração e divulgação das demonstrações Contábeis**

As demonstrações contábeis, que são conhecidas também como demonstrações financeiras na legislação societária (Lei nº 6.404-76, 11.638 e 11.941), são usadas pelos gestores da organização com a intenção de mostrar para os acionistas, credores, governo e assim toda a sociedade os aspectos públicos relacionados à sociedade, a fim de prestar contas sobre a situação da empresa. RIBERO (2010, p 75)

De acordo com Ludicibus (2008) as demonstrações financeiras que deverão ser elaboradas ao fim do exercício social são as seguintes:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração de lucros ou Prejuízos Acumulados;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração do Valor Adicionado;

Notas Explicativas;

Ainda de acordo com Ludícibus (2008) devido as disposições do Imposto de Renda, as sociedades com quotas limitadas, passaram a elaborar as demonstrações financeiras citadas anteriormente, tornado assim uma prática comum em todo o mercado, já que era de obrigação apenas para sociedades anônimas.

#### 2.4.1.1 Balanço Patrimonial

De acordo com Reis (2003) o Balanço Patrimonial é a forma pelo qual é apresentado o patrimônio da organização, onde é mostrado as aplicações realizadas em “bens” e “direitos” (no Ativo) e as origens dos recursos que possibilitaram a aplicação nos bens e direitos do Patrimônio.

Para Braga (2006, p 78) o Balanço:

tem por objetivo demonstrar a situação do patrimônio da empresa, em determinada data – normalmente ao término de cada exercício social. A lei societária recomenda que as contas do balanço sejam classificadas segundo os elementos do patrimônio que elas representem, sendo agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da empresa.

Ainda de acordo com Braga (2006), as contas do ativo devem ser dispostas em ordem decrescente de realização de liquidez, enquanto as contas do passivo e patrimônio líquido em ordem decrescente de exigibilidade.

O Balanço Patrimonial compreende os seguintes grupos de contas:

**Figura 1 – Balanço Patrimonial.**

Ativo	Passivo e Patrimônio Líquido
1. Ativo Circulante	4. Passivo Circulante
2. Ativo Não Circulante	5. Passivo Não Circulante
	6. Patrimônio Líquido

Fonte Reis (2003). Demonstrações Contábeis. Editora Saraiva



#### 2.4.1.2 Demonstração do Resultado do Exercício

De acordo com Braga (2006), a demonstração do resultado do exercício deve indicar o resumo das operações que ocorreram no exercício social, apresentando as variações positivas (receitas e ganhos) e as negativas (custos, despesas e perdas) em função da exploração da atividade de determinada empresa.

Para Ludicibus (2008) essa demonstração contábil é uma amostra ordenada das receitas e despesas da empresa em determinado período, sendo apresentada de forma vertical, sendo subtraída da receita, todas as despesas geradas pela a atividade, até se encontrar o lucro da operação.

Desta forma entende-se que a finalidade da demonstração do resultado é de apurar o resultado, ou seja, descrever a formação do resultado gerado em determinado exercício, mediante a citação das receitas, custos e despesas.

#### 2.4.1.3 Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

Para Braga (2006) o objetivo é demonstrar a movimentação, e a distribuição ocorrida em determinado exercício no total da conta lucros e prejuízos acumulados, evidenciando as informações de forma transparente.

Para Ludicibus (2008) uma parte do lucro gerado na atividade, é destinado aos proprietários, sendo o restante reinvestido na empresa. Sendo assim está movimentação deve ser exibida no Demonstrativo de Lucros e Prejuízos Acumulados, antes de ser evidenciado no Balanço Patrimonial.

Ainda de acordo com Ludicibus (2008), após o encerramento do resultado do exercício com a apuração do lucro, se transporte o valor gerado na atividade para a demonstração de lucros e prejuízos para em seguida ser efetuado a distribuição de valores.

#### 2.4.1.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Segundo Padoveze (2004) essa demonstração é realizada, tendo como base um razão auxiliar que demonstra, com correção monetária, todas as contas do grupo, tendo como finalidade, mostrar todos os valores de entrada, transferências

entre contas, ou seja toda a modificação ocorrida no Patrimônio Líquido em determinado tempo.

Ainda de acordo com Padoveze (2004) é fundamental analisar essa demonstração, para poder perceber qualquer eventualidade ocorrida, ligada diretamente com o P.L.

#### 2.4.1.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Para Ribeiro (2010) a demonstração dos fluxos de caixa (DFC) procura evidenciar, as movimentações ocorridas no saldo das disponibilidades (caixa, bancos, aplicações financeiras), ocorridas em determinado período, com o intuito de auxiliar gerencialmente na gestão financeira da organização.

Segundo Ribeiro (2010, p362.) a DFC “ trata-se de uma demonstração sintetizada dos fatos administrativos que envolvem os fluxos de dinheiro ocorridos durante um determinado período, devidamente registrados da conta caixa”.

Segundo Ludícibus (2008) a DFC é considerada muito importante, pois auxilia em uma boa administração do fluxo de caixa, mantendo assim um saldo financeiro interessante, reduzindo a possibilidade de problemas financeiros e a necessidade de financiamentos de capital e custos financeiros.

#### 2.4.1.6 Demonstração do Valor Adicionado

Segundo Ribeiro (2010, p.366.):

A demonstração do Valor Adicionado (DVA) é um relatório contábil que evidência o quanto de riqueza uma empresa produziu, isto é, o quanto ela adicionou de valor aos seus fatores de produção, e o quanto e de que forma essa riqueza foi distribuída (entre empregados, Governo, acionistas, financiadores de Capital), bem como a parcela da riqueza distribuída.

Pode-se entender que a DVA tem por finalidade demonstrar a origem da riqueza, gerada pela entidade e a sua distribuição, a fim de se obter maior controle patrimonial.

#### 2.4.1.7 Notas Explicativas

Segundo Padoveze (2004) as NE procuram levar ao usuário contábil, o melhor entendimento dos relatórios apresentados, com informações descritivas sobre os métodos utilizados para elaboração das demonstrações financeiras.

Desta forma se encerra a abordagem sobre os conceitos e fundamentos contábeis importantes para o entendimento geral da contabilidade a fim de proporcionar entendimento das informações contábeis.

### **3 CONCEITO SOBRE A ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

#### **3.1 CONCEITO**

Para Braga (2006) a análise pode-se entender como um processo onde se examina cada parte de um conjunto maior, para poder então decifrar como este maior termo funciona, e para identificar suas características e limitações.

Para Iudicibus (2008) a análise de balanços, é um processo onde se necessita extrair relações úteis, para o objetivo econômico a qual se quer chegar, retirando informações de relatórios contábeis e extensões. Desta forma a análise de balanços é algo mutável, pois dois analistas podem ter em mãos o mesmo material contábil, porém podem chegar a conclusões diferentes, de acordo com o grau de conhecimento do ramo de atividade, ou dos métodos de análises utilizados por cada um.

Segundo Braga (2006):

A análise das demonstrações contábeis tem por objetivo observar e confrontar os elementos patrimoniais e os resultados das operações, visando ao conhecimento minucioso de sua composição qualitativa e de sua expressão quantitativa, de modo a revelar os fatores antecedentes e determinantes da situação atual, e, também, a servir de ponto de partida para delinear e comportamento futuro da empresa.

Desta forma entende-se que a análise contábil é a forma de se extrair informações fundamentais de determinada organização, a fim de possibilitar o auxílio em tomada de decisões. Porém a análise poderá ser eficiente, de acordo com o conhecimento do analista a respeito das operações da empresa analisada, bem como sobre a política administrativa e outros aspectos internos e externos relacionados com a empresa em questão.

#### **3.2 IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

De acordo com Iudicibus (2008) para uma organização que tem como objetivo crescer, é extremamente importante a utilização da contabilidade como ferramenta para tomada de decisão, sendo a análise de balanços, a forma de

expressar a informação encontrada, com o intuito de demonstrar a real situação financeira da empresa.

De acordo com Ludicibus (2008) a relação existente entre os vários itens do balanço e das peças contábeis publicadas, são de grande importância não somente para análise interna, como também para os investidores, de maneira geral. O investidor com análises realizadas sobre peças contábeis de determinadas organizações, acaba por se motivar em investir na empresa a qual o mesmo, sentir maior confiabilidade e perspectiva de resultados.

Ainda de acordo com Ludicibus (2008), não há como comprovar um investimento que tenha sido feito somente com base nas análises contábeis, porém não se conhece nenhum caso com sucesso no investimento em ações, onde a análise contábil não tenha sido realizada, como base de informação fundamentalista.

Sendo assim entende-se que são inúmeras as razões para a análise de demonstrativos financeiros, dentre elas se destacam o levantamento de informações sobre capacidade de pagamento, endividamento, capacidade para gerar lucros futuros, verificação de tendências, e como fonte de informações a administração da empresa.

### 3.3 FINALIDADE DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Segundo Matarazzo (2010) a principal finalidade da análise das demonstrações contábeis, é de fornecer informações contábeis com alto grau de confiabilidade, a fim de auxiliar na tomada de decisão, tanto internamente como externamente.

De acordo com Matarazzo (2010) há diversas finalidades da análise de demonstrações financeiras, podendo se destacar as seguintes:

- ❖ Mensuração dos níveis de endividamento perante os fornecedores e a avaliação do prazo médio de vencimento das dívidas;
- ❖ Medir a garantia dos capitais de terceiros e o equilíbrio da estrutura operacional com base nos recursos próprios;
- ❖ Acompanhar o volume de vendas a prazo e o tempo médio de recebimento de seus respectivos clientes;
- ❖ Verificar tendências;

❖ Fornecer informações aos gestores quanto aos custos e despesas das atividades sociais, bem como verificar o comportamento dos negócios perante os concorrentes e expectativas do mercado consumidor, dentre outros.

### 3.4 PRINCIPAIS FORMAS DE ANÁLISES CONTÁBEIS

Conforme ressaltado anteriormente por Braga (2006), a análise das demonstrações financeiras, sempre se orientara conforme os objetivos do analista. Sendo assim uma maior ou menor profundidade na análise, também dependerá da finalidade da mesma.

De acordo com Braga (2006) são citados na literatura quatro métodos para análise das demonstrações contábeis, sendo:

- ❖ Diferenças absolutas (ou análise de usos e fontes);
- ❖ Percentagens horizontais (ou análise por números-índices);
- ❖ Percentagens verticais (ou análise de estrutura);
- ❖ Quocientes (Índices ou ratios).

#### 3.4.1 Métodos das diferenças Absolutas

De acordo com Braga (2006) este método consiste em comparar duas situações em um mesmo momento, apurando as diferenças absolutas entre valores monetários de uma conta, ou um grupo de conta. Sendo assim, essas diferenças, são os valores absolutos, em regime inflacionário, esse método se torna insuficiente. Também esse método é útil na análise de usos e fontes, podendo evidenciar valores de recursos obtidos e aplicados entre duas datas.

#### 3.4.2 Análise Horizontal (Percentagens Horizontais)

Segundo Reis (2003, p.37) “Como não levam em consideração o valor relativo da conta dentro do grupo do total do demonstrativo, os valores obtidos pela análise horizontal são menos expressivos em relação à análise vertical”.

Para Reis (2003) na análise horizontal é comparado um período com outro, para se evidenciar possível fonte de aumento de receitas, e possíveis despesas que podem ter sofrido crescimento. Tendo conhecimento dessa variação

se obtém uma seqüência lógica para se traçar o rumo da empresa, de acordo com as ações a tomar conforme os resultados.

O cálculo para percentuais Horizontais é o seguinte:

### Figura 2 – Análise horizontal.

$$\text{PH Item} = \frac{\text{Valor do Item Período Subsequente}}{\text{Valor do Item Período Base}} \times 100 = -100$$

PH = Participação Horizontal

Fonte: Reis (2003), Demonstrações Contábeis, Editora Saraiva

### 3.4.3 Análise Vertical (Percentagens Verticais)

Para Schrikel (2000, p.15) a análise vertical “faz a comparação de cada elemento (valor) constitutivo de certo conjunto de dados com o respectivo total.”

O método de análise vertical sempre procura obter determinado valor de uma conta para se comparar com o valor total do demonstrativo, ou em relação ao total do grupo onde a conta citada se encontra.

De acordo com Reis (2003), desta forma de análise é possível determinar quanto representa por exemplo o valor da conta estoque, em relação ao total do ativo, ou então analisar o quanto o “grupo circulante” variou em relação ao exercício anterior.

O cálculo para percentuais Verticais é o seguinte:

### Figura 3 – Análise Vertical.

$$\text{PV Item} = \frac{\text{Valor do Item Período no ano Atual}}{\text{Valor do Item Base}} \times 100 = -100$$

PV = Participação Vertical

Fonte: Reis (2003), Demonstrações Contábeis, Editora Saraiva

### 3.4.4 Quocientes (Índices ou Rátios)

De acordo com Iudicibus (2008) a técnica de análise financeira por quocientes é um dos mais importantes avanços da contabilidade, pois é muito

indicativo comparar, por exemplo, o ativo corrente com o passivo corrente do que simplesmente analisar uma conta, ou um grupo especificamente e isoladamente.

Para Reis (2003, p.109) o método dos quocientes: “é o método analítico mais usado, por meio do qual se comparam dois valores patrimoniais, dividindo-se um pelo outro. Esse método tem a vantagem de indicar a relação de grandeza existente entre os itens comparados.”

Segundo Reis (2003) esse método de análise é muito utilizado nas demonstrações contábeis, devido à profundidade atingida e a diminuição dos efeitos inflacionários. Desta forma fica evidente que esta análise é bem significativa, por que mostra relações entre vários grupamentos patrimoniais e dos componentes do resultado do exercício.

Sendo assim pode-se concluir que a principal finalidade é permitir que o analista possa extrair tendências e comparar os quocientes encontrados com valores previamente estabelecidos pela organização analisada, ou por valores de empresas semelhantes, retratando assim o acontecido com a organização no passado e fazendo uma projeção para o futuro.

#### **4. OS PRINCIPAIS ÍNDICES UTILIZADOS NA ANÁLISE DE CRÉDITO**

Será abordado neste capítulo as principais análises realizadas pelo analista de crédito para concessão do mesmo. Sendo assim toma-se por base o que afirma SCHRICKEL (2000, p.38) “ A análise de peças e demonstrativos econômico-financeiros é uma parte, apenas uma parte, da análise de crédito. Uma parte importante e nunca desprezível, eis que permite lidar com questões quantitativas objetivamente verificáveis.”

Desta forma pode-se dizer que é através da análise dos demonstrativos que se torna possível certificar-se, que a administração da entidade está sendo bem sucedida ao longo do tempo. Tendo assim o conhecimento dos principais índices para tornar a análise mais próxima da eficácia.

##### **4.1 ANÁLISE FINANCEIRA**

Segundo Silva (1998, p207) a análise financeira é



o exame das informações obtidas por meio das demonstrações financeiras, com intuito de compreender e avaliar aspectos como: a capacidade de pagamento da empresa por intermédio da geração de caixa, capacidade de remunerar os investidores gerando lucro em níveis compatíveis com suas expectativas, nível de endividamento, motivo e qualidade do endividamento, políticas operacionais e seus impactos na necessidade de capital de giro da empresa, e diversos outros fatores que atendam ao propósito do objetivo da análise.

Para Silva (1998) deve-se realizar a análise financeira não somente de acordo com os demonstrativos, mas sim abrangendo todos os fatores que interferem na situação econômica da empresa. Então o analista deve levar em consideração os principais indicadores financeiros, que são o índice de liquidez, de endividamento e estrutura de capitais.

#### 4.1.1 Índices de Liquidez

##### 4.1.1.1 Liquidez Imediata

De acordo com Ludicibus (2008) o quociente de liquidez imediata, representa o valor que a entidade dispõe no atual momento para saldar as dívidas de curto prazo. Sendo assim, se calcularia o valor tendo os fundos imediatamente disponíveis pela dívida de curto prazo, mesmo elas vencendo em prazos diferentes (30, 45, 60 dias).

Segundo Braga (2006) este índice revela a capacidade de pagamento para dívidas de curto prazo, porém o mesmo já teve maior importância quando o mercado de capitais era mais restrito. Com os orçamentos de caixa bem estruturados, dificilmente se terá valores disponíveis para saldar dívidas de curto prazo, geralmente os valores estão realizados em investimentos.

O cálculo que evidencia a liquidez imediata retirando os valores do balanço patrimonial se encontra a seguir:

#### Figura 4 – Liquidez Imediata

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Fonte: Reis (2003), Demonstrações Contábeis, Editora Saraiva

#### 4.1.1.2 Liquidez Corrente

Segundo Reis (2003) o índice de liquidez corrente, faz verificar a capacidade que a empresa tem de pagamento em curto prazo, ou seja, analisa-se a organização tem disponível valores dentro de um ano, para garantir o pagamento de dívidas que vencem no mesmo período.

O índice citado pode ser calculado de acordo com a fórmula a seguir:

#### Figura 5 – Liquidez Corrente

$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
--

Fonte: Reis (2003), Demonstrações Contábeis, Editora Saraiva

Para Schrickel (2000) a liquidez corrente mostra qual a proporção do ativo circulante para o passivo circulante, ou seja, quanto a empresa tem de recurso em comparação a dívida.

#### 4.1.1.3 Liquidez Seca

Segundo Reis (2003 p, 177)

O quociente de liquidez seca é importante na hipótese de não termos elementos para calcular a rotação dos estoques e também nos seguintes casos, quando os estoques passam a constituir valores de difícil conversão em moeda, em épocas de retração do mercado consumidor, quando a rotação dos estoques for muito lenta, ou para empresas que tem suas vendas concentradas em determinadas épocas do ano (sazonais).

Ainda de acordo com Reis (2003) é importante a informação de acordo com o cálculo da liquidez Seca porque evidencia o quanto, determinada empresa tem em caixa, banco ou contas de curto prazo, para poder se fazer frente em relação aos passivos de curto prazo no mesmo período. Desta forma se mostra o quanto tem de liquidez instantânea, pois se elimina o componente menos líquido do ativo circulante, que é o “estoque”, pois o mesmo tem um demora relativamente bem maior para se converter em moeda.

Em seguida mostra-se a equação para cálculo da Liquidez Seca:

### Figura 6 – Liquidez Seca

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Fonte: Reis (2003), Demonstrações Contábeis, Editora Saraiva

#### 4.1.1.4 Liquidez Geral

Para Reis (2003) o índice de Liquidez geral trata de demonstrar a proporção entre os montantes dos compromissos que vencem dentro do exercício seguinte ao período do balanço e o total dos recursos disponíveis e realizáveis no mesmo período.

Segundo Reis (2003), o índice de liquidez geral não faz restrição de prazo, comparando todas as dívidas com a soma de todos os valores disponíveis e realizáveis a curto e longo prazo.

### Figura 7 – Liquidez Geral

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a LP}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circ.}}$$

Fonte: Reis (2003), Demonstrações Contábeis, Editora Saraiva

#### 4.1.2 Estrutura de Capitais

De acordo com Braga (2006) em relação à estrutura patrimonial, pode se verificar que os recursos da empresa são originados de duas fontes (ou origens) possíveis: Capitais Próprios e Capitais Alheios (ou de terceiros).

Para Iudicibus (2008) estes quocientes relacionam as fontes de fundos entre si, procurando ressaltar a posição relativa do Capital próprio em relação ao Capital de terceiros. Ainda de acordo com o autor esses quocientes são importantes fontes de análises, pois evidencia a relação de dependência da organização com relação aos capitais de terceiros.

De acordo com Braga (2006,p.32) : “O uso desordenado da capitais de terceiros pode levar um empreendimento ao caos; todavia, a completa autonomia

financeira (operar apenas com Capitais Próprios) não é possível, nem tampouco desejável, pela falta de capacidade para expansão dos negócios.”

Sendo assim de acordo com Braga (2006) se faz necessário obter uma relação ordenada e equilibrada entre a utilização de capitais próprios e de terceiros a fim de atender os objetivos da empresa, de acordo com o grau de endividamento possível da organização.

#### 4.1.2.1 Quociente de Capitais de Terceiros – Próprios

Segundo Reis (2003) este índice demonstra a relação existente entre o capital de terceiros e Capital próprio, ou seja, evidencia quanto à empresa está utilizando de capital de terceiros para cada real de capital próprio. Segue a formula:

#### **Figura 8 – Quociente de Capitais de Terceiros - Próprio**

$$\text{Quociente Capital de Terc. - Próprio} = \frac{\text{Passivo}}{\text{PL.}}$$

Fonte: Reis (2003), Demonstrações Contábeis, Editora Saraiva

#### 4.1.2.2 Quociente de Participação de Capitais de Terceiros

Para Reis (2003) este quociente é de grande relevância, tendo em sua função a relação entre o Exigível Total (Capitais de Terceiros) com os fundos Totais. Deve expressar o grau de endividamento da organização, demonstrando a porcentagem do ativo total financiando apenas com recursos de terceiros. Segue a formula:

#### **Figura 9 – Quociente de Participação de Capitais de Terceiros**

$$\text{Quociente de Part Capital de Terc.} = \frac{\text{Passivo}}{\text{Passivo} + \text{PL.}}$$

Fonte: Reis (2003), Demonstrações Contábeis, Editora Saraiva

Sendo assim a porcentagem de capitais de terceiros sobre os fundos totais, não deve ser muito grande, pois com isso, gradativamente aumentara as

despesas financeiras com os empréstimos tomados, salvo o caso de que o retorno pelo giro no ativo compense as despesas financeiras sobre o endividamento.

#### 4.1.2.3 Quociente de Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total

Segundo Reis (2003) este índice tem por objetivo analisar qual a porcentagem do endividamento tem o vencimento em curto prazo, ou seja, dentro do atual exercício social. Indica que para cada real de dívida com terceiros, quanto é para curto prazo: Segue a fórmula:

#### **Figura 10: Quociente de Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total.**

$\text{Quociente de Part das Dívidas de Curto Prazo} = \frac{\text{Passivo Circ.}}{\text{Passivo Total}}$
---

Fonte: Reis (2003), Demonstrações Contábeis, Editora Saraiva.

## 4.2 ANÁLISE ECONÔMICA

Para Braga (2006) na análise econômica a empresa deve ser avaliada de acordo com a rentabilidade e o desempenho operacional, em relação ao investimento realizado inicialmente, em busca de evidenciar o retorno sobre o investimento e a lucratividade das vendas. Serão observados com maior ênfase os índices de rentabilidade.

### 4.2.1 Índices de Rentabilidade

Os índices de rentabilidade são utilizados para demonstrar e avaliar a lucratividade das atividades operacionais da organização.

De acordo com Reis (2003) esses índices medem a capacidade que a empresa tem de produzir lucro a partir do capital investido nos negócios. Os valores são retirados da demonstração do resultado do exercício e do Balanço Patrimonial.

#### 4.2.1.1 Margem de Lucro sobre as Vendas

De acordo com Reis (2003) a margem de lucro indica a porcentagem de lucro existente para cada unidade monetária de produto vendido ou serviço prestado.

Para Iudicibus (2008) este quociente pode variar de acordo com o tipo de empreendimento, não pode-se determinar um valor padrão de quociente que determine o sucesso ou não da organização. Por exemplo, uma indústria automobilística tem margens pequenas e valor de venda muito alto, porém o inverso ocorre com pequenos negócios.

Segue a formula:

#### **Figura 11 – Margem de Lucro sobre as Vendas**

$$\text{Margem Líquida} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}$$

Fonte: Reis (2003), Demonstrações Contábeis, Editora Saraiva.

#### 4.2.1.2 O Giro do Ativo

Para Iudicibus (2008) este quociente procura demonstrar a proporção existente entre o volume de vendas e o investimento utilizado para gerar tais resultados. A seguir a formula utilizada:

#### **Figura 12 – O Giro do Ativo**

$$\text{Giro do Ativo} = \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Total}}$$

Fonte: Reis (2003), Demonstrações Contábeis, Editora Saraiva.

#### 4.2.1.3 O Retorno sobre o Investimento

Sendo provavelmente, o mais importante quociente individual em análise de balanço, este realiza a comparação do lucro operacional com o montante de ativo

aplicado na organização. Evidenciando assim a capacidade de produzir lucro através dos capitais aplicados na empresa. Reis (2003, p 156)

Seu calculo é demonstrado a seguir:

#### **Figura 13 – O Retorno sobre o Investimento**

$$\text{Retorno Investimento} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

Fonte: Reis (2003), Demonstrações Contábeis, Editora Saraiva

#### 4.2.1.4 Retorno sobre o Patrimônio Líquido

Para Iudicibus (2008, p.42) “a importância do Quociente de Retorno sobre o Patrimônio Líquido reside em expressar os resultados globais auferidos pela gerência na gestão de recursos próprios e de terceiros...”. Desta forma fica evidente que a administração financeira deve buscar o aumento do valor de mercado da organização, para que o possuidor das ações tenha ganho montante e podendo assim estabelecer um valor de dividendos compensador.

A seguir o calculo realizado:

#### **Figura14 – Retorno sobre o Patrimônio Líquido**

$$\text{Retorno sobre P.L.} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Fonte: Reis (2003), Demonstrações Contábeis, Editora Saraiva

Após a análise dos índices, o analista procura demonstrar os resultados de sua análise através de relatórios, para enfim conceder ou não o credito para a empresa requerente. Sendo assim no próximo capítulo será realizada uma abordagem sobre conceitos sobre crédito e garantias necessárias para a concessão do mesmo.

## **5 CRÉDITO E GARANTIAS**

### **5.1 CONCEITO DE CRÉDITO**

Para Silva (1998) a palavra crédito pode ter vários significados, dependendo do ponto de vista. Na relação financeira, crédito é a entrega de um valor no presente em troca de uma promessa de pagamento.

De acordo com Silva (1998) o crédito é uma relação de confiança, pois quem está emprestando o valor passa a correr o risco de não receber o bem de volta, e quem toma o crédito passa a ter uma responsabilidade de pagamento em determinado período.

Já para Schrickel (2000) crédito é todo ato de vontade ou disposição de alguém ceder por determinado período, um recurso financeiro a um terceiro, com promessa de pagamento, porém este valor pode ser em dinheiro, móvel ou imóvel.

Em relação à atividade Financeira, Silva (1998) complementa que o crédito consiste em colocar a disposição do cliente (tomador de recursos), um determinado valor sob a forma de empréstimo ou financiamento, mediante uma promessa de pagamento no futuro.

## 5.2 POLITICA DE CRÉDITO

Para Tavares (1988) política de crédito pode ser definida como uma série de ações que organizam a forma como vai se dirigir o processo referente ao crédito, desde a parte de concessão de crédito até os meios de cobrança.

Tavares (1988, p26) afirma que:

As políticas básicas de crédito e cobrança deverão ser definidas de forma objetiva, a fim de servirem como instrumento orientativo no processo de decisão gerencial, medindo-se o seu grau de eficiência em função do número de situações objeto de resolução, com base na obediência dessas políticas. Recomenda-se que todas as políticas sejam devidamente formalizadas, principalmente nas grandes organizações ou naquelas de maior complexibilidade, onde, inclusive, pode-se constatar a existência de um mesmo problema em regiões, distintas sob a responsabilidade de diferentes funcionários. Periodicamente, é recomendável analisar a eficiência das políticas em vigor, em função do progresso da organização e do alcance dos seus principais objetivos.

Segundo Silva (1998) a política de crédito é também chamada de padrões de crédito, sendo seu objetivo básico a orientação nas decisões de crédito, em face dos objetivos desejados. Ela nada mais é do que uma guia para a decisão do crédito, regendo a concessão do mesmo.



### 5.3 ANÁLISE DE CRÉDITO

Para Tavares (1988) o processo de análise para o crédito é fundamental dentro de uma instituição financeira, pois para concessão de crédito é muito importante ter conhecimento de todos os riscos relacionados a determinada operação. Uma análise errônea pode desencadear em uma série de danos, tanto financeiros como a reputação da instituição.

Segundo Silva (1998, p120) ocorre que:

Alguns bancos copiam os formulários de análise de outros bancos e passam a usar os mesmos indicadores e a mesma forma de análise para uma carteira de clientes com perfil diferente. Isto pode levar ao uso de padrões e critérios inadequados. Quando um banco trabalha com clientes de atividades, portes e regiões diferentes, muitas vezes precisará ter critérios de análises também diferentes. O processo de crédito para uma decisão sobre um empréstimo de R\$ 5.000.000,00 não pode ser o mesmo para uma operação de R\$ 5.000,00.

Ainda de acordo com Silva (1998) na análise para conceder crédito é primordial então a cuidadosa análise do cliente de forma isolada, ou seja, sem usar índices ou informações de outros clientes, mesmo que sejam de ramos idênticos, pois em certas ocasiões o banco pode estar pedindo informações demais para clientes sem tanto risco, e deixando de se informar sobre um cliente de alto risco.

### 5.4 CADASTRO DE CRÉDITO

De acordo com Santi Filho (1997) a base para examinar e indicar o caráter do tomador de crédito é o cadastro do mesmo. Desta forma o documento resultante do levantamento de informações do cliente, torna-se a Ficha Cadastral do mesmo, e no que se refere à avaliação do caráter do cliente tomador, este documento é a base mais importante para o profissional do crédito.

Para Leoni (1998) é de extrema importância a reunião de dados para que assim, qualifique as pessoas em qualquer nível de atividade, seja comercial, industrial, etc.

O Cadastro de crédito de acordo com Leoni (1998.p.21), “ Trata-se de coletânea de dados sobre pessoas físicas e jurídicas, ordenados de maneira que possam ser acessados via arquivo físico, fitas magnéticas, microfilmagens para diferentes objetivos.”

## 5.5 OS 6 C'S DO CRÉDITO

De acordo com Schrickel (2000, p.47):

“A habilidade de pagar é de suma importância, pois é ela que oferece elementos objetivos e quantificados de convencimento que ajudam a construir a decisão de emprestar. Mas não é tudo. É preciso ir mais fundo na questão de emprestar ou não. É preciso apelar para certa dose de subjetivismo, aquilo que se convencionou chamar de feeling. Seja o que for, é preciso avaliar a honesta intenção do devedor em pagar.”

Para Santos (1998) na realização do processo de concessão de crédito, é importante considerar determinados fatores para a tomada de decisão. Esses fatores chamados como “C’s” do crédito, servem para mensurar a vontade, o caráter, a capacidade dentre outros fatores importantes relacionados com o tomador do crédito.

### 5.5.1 Caráter

De acordo com Schrickel (2000), este é o mais importante e crítico “C” na realização de qualquer operação de concessão de crédito, não relacionando-se com o valor da transação, mas sim com os ideais do cliente tomador.

Para Santi Filho (1997, p.15), “A avaliação do caráter do tomador de crédito integra o que é denominado Risco técnico. É conceituado como risco, pois é passível de verificação quanto às probabilidades objetivas de estimação”

Segundo Santos (1998), o caráter pode se avaliado através de ficha cadastral, histórico de pagamentos, informações relacionadas a outros credores, dentre outros.

### 5.5.2 Capacidade

Para Santi Filho (1997, p.29), este “C” , “ refere-se á competência empresarial do cliente e constitui-se num dos aspectos mais difíceis de avaliação de risco. Integra o risco subjetivo e a responsabilidade por seu exame e verificação”

De acordo com Gitman (2001), é a capacidade que o requerente do crédito tem de liquidar o valor pedido. As análises de liquidez e do grau de endividamento evidenciam a capacidade de pagamento por parte do devedor.

Por fim é considerado como aspecto subjetivo de risco, pois está ligado diretamente com a capacidade de análise e percepção de quem está analisando os dados e as informações. SANTIFILHO(1997).

### **5.5.3 Capital**

De acordo com Silva (1998), o capital faz referência a situação econômica e financeira da empresa requerente do crédito, no que tange os bens e recursos disponíveis para quitar os débitos existentes.

Ainda de acordo com Silva (1998,p.97), “ O “C” de capital é medido mediante análise dos índices financeiros, tendo, evidentemente, um significado muito mais amplo do que aquele que é dado à conta de capital na contabilidade”.

Para Schrickel (2000), o capital, portanto, compreende a análise dos demonstrativos contábeis para obter informações valiosas sobre o desempenho e a solidez de determinada organização.

### **5.5.4 Condições**

Segundo Santi Filho (1997), o “C” condições envolve fatores externos a empresa. Sendo assim integra o macro ambiente onde a organização atua, fugindo assim do seu controle.

Ainda de acordo com Santi Filho(1997, p.47), “Medidas de política econômica, fenômenos naturais e imprevisíveis, e riscos de mercado e fatores de competitividade são os principais aspectos que moldam a análise do “C” condições”.

Para Schrickel (1997), o analista de crédito deve observar fatores como a sazonalidade do produto do cliente, o ramo de sua atividade, porte da empresa, dentre outros fatores que influenciam na análise das condições da operação de crédito.

### **5.5.5 Colateral**

Para Gitman (2001, p.63):

Colateral (Garantia Real) é o montante de ativos que o requerente tem disponíveis para o uso em dar garantia ao crédito. Quanto maior o montante de ativos disponíveis, maior a chance que uma empresa tem de reaver seus recursos se o requerente faltar com sua obrigação. Uma análise de balanço e avaliações do valor dos ativos do requerente, assim como quaisquer demandas legais levantados contra os ativos do requerente, podem ser usados para avaliar sua garantia real.

Desta forma de acordo com Schrickel (2000), entende-se que o colateral em uma decisão de crédito serve para atenuar eventuais impactos negativos ligados diretamente ao enfraquecimento de um dos elementos: Capital, Condições e Pagamento. Sendo assim com o maior risco, o colateral tem o intuito de compensar esta elevação de risco do crédito.

### **5.5.6 Conglomerado**

De acordo com Santos (1998), o conglomerado está relacionado com a análise do conjunto de empresas que são interligadas com a organização requerente do crédito, bem como os controladores destas.

Para Silva (1998), em algumas situações o analista se depara com um conjunto de empresas controladas por uma família ou grupo de pessoas. Desta forma, é preciso ter uma análise global, para saber ao certo qual o risco que esse conjunto representa, e quais as transações existentes entre essas empresas.

Ainda de acordo com Silva (1998), pode haver situações onde a empresa requerente do crédito apresenta condições aceitáveis para a liberação de crédito, porém a mesma pode fazer parte de um conjunto que esteja em fase de deterioração financeira, apresentando assim um grande perigo aos credores.

## **5.6 CONCEITO DE GARANTIAS**

De acordo com Silva (1998), a garantia é uma forma de segurança adicional, sendo que em determinados casos a concessão de crédito só pode ocorrer com as garantias necessárias, a fim de compensar as fraquezas existentes por determinados fatores de risco.

Ainda de acordo com Silva, mesmo que determinada empresa apresente uma excelente classificação de risco, se tratando de financiamento de longo prazo,

haverá tendência de que a instituição financeira solicitara garantias, devido a incertezas em relação ao futuro.

### **5.6.1 Principais Tipos de Garantias**

#### **5.6.1.1 Aval**

Para Silva (1998) o aval é uma garantia pessoal, onde o avalista assume a mesma responsabilidade jurídica do avalizado, ou seja, tornando-se solidário pela liquidação da dívida. O aval ocorre sempre em forma cambial e constitui-se pela assinatura do avalista no verso do título avalizado.

Ainda de acordo com Silva (1998), as operações de crédito podem ter vários avalistas, em caso do devedor principal não cumprir com o pagamento da dívida, o credor pode cobrar a mesma de qualquer um dos avalistas, sem necessidade de cobrar do devedor principal.

#### **5.6.1.2 Caução de Duplicatas**

De acordo com Silva (1998) as duplicatas são títulos de créditos que se extraem de vendas ou serviços prestados em forma de faturas.

Para Silva (1998) assim, na caução de duplicatas, a empresa tomadora do crédito, viabilizada a garantia de que em caso de não pagamento da dívida, entregará as duplicatas garantidas, em forma de pagamento da dívida.

#### **5.6.1.3 Alienação Fiduciária**

A alienação fiduciária, é uma forma especial de garantia, próxima da realidade. Desta forma Silva (1998, p 335) cita que:

Tem por objeto bens móveis e identificáveis e se opera com a transferência da posse indireta do bem para o credor, ficando o devedor apenas com a posse direta, isto é, o devedor alienante não é proprietário do bem alienado, tão somente faz uso dele. Uma vez liquidado o financiamento em que esta garantia foi oferecida, a posse indireta retorna às mãos do devedor, que se torna titular do domínio pleno do bem.

De acordo com Tavares (1988) a garantia da alienação fiduciária, o bem não incorpora o patrimônio do financiador. Caso o devedor não salde sua dívida, o

credor tem o direito de promover a venda do bem, com o intuito de quitar a dívida, e os gastos incorridos sobre a operação, como juros, comissões, etc.

#### 5.6.1.4 Penhor Mercantil

Segundo Silva (1998), o penhor é um tipo de garantia real, que recai sobre os bens móveis corpóreos ou incorpóreos, onde a posse é transferida ao credor, sendo que o mesmo pode efetuar a venda judicial do bem para liquidar a dívida, em caso da mesma não ser quitada.

Para Silva (1998) nesta forma de garantia, o credor mantém a posse do bem garantido, não sendo permitido o uso do mesmo. O credor age apenas como depositário do bem. Porém em caso do devedor não cumprir com o pagamento, o credor pode requerer a venda judicial, no entanto é vedado apropriar-se do bem.

### 5.7 TOMADA DE DECISÃO

De acordo com Braga (2006) a análise de crédito é um processo extremamente complexo, onde o analista encarregado, precisa ter um grau de experiência acentuado, de acordo com tomadas de decisões realizadas anteriormente.

Para Tavares (1988) na atividade financeira um erro pode representar a quebra de uma empresa ou instituição financeira envolvida. No crédito ao se tomar uma decisão, entre emprestar ou não, haverá um impacto significativo sobre o lucro do banco e sobre o relacionamento com o cliente.

De acordo com Silva (1998) no banco há objetivos concorrentes entre si, pois em determinados momentos não é possível aumentar as vendas e também minimizar os incobráveis. Também é citado por Silva que em uma empresa comercial a decisão de conceder um crédito está vinculada ao volume de vendas que se quer atingir na época. Desta forma não é possível analisar a operação realizada, de uma forma isolada, e sim em um contexto geral.

Entende-se então que o analista de crédito necessita de todas as ferramentas possíveis, para assegurar que a decisão tomada, seja a melhor possível. Sendo que em determinadas ocasiões a tomada de decisão pode passar desde gerentes financeiros, até diretores executivos do órgão Máximo.

## 6 ANÁLISE DO ESTUDO DE CASO

O objetivo deste estudo é de evidenciar os principais pontos levados em consideração por parte do analista de crédito, no momento em que se realizar a análise dos demonstrativos financeiros.

A análise financeira é realizada por um analista de crédito altamente qualificado e experiente na atividade, dentro de uma instituição financeira privada nacional.

As demonstrações contábeis são de uma organização de médio porte, que industrializa e realiza o comércio de seu produto, no ramo de energia. Para efeito de abordagem e interpretação, será tratada como a empresa Cia Exemplo Ltda.

Será realizada uma análise básica de crédito, na tentativa de simular uma operação, onde a instituição financeira deverá analisar as demonstrações contábeis e tomar a decisão de deferir ou não o crédito para a organização Cia Exemplo Ltda. Desta forma por motivos éticos, serão omitido os nomes, tanto da instituição financeira, bem como da empresa analisada.

## Cia Exemplo Ltda

## Quadro 1 – Balanço Patrimonial - Ativo

<b>Balanços patrimoniais</b>			
<b>em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011</b>			
<i>(Em Reais)</i>			
<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>31/03/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	4	47.007.169	59.208.510
Contas a receber de clientes	5	34.899.441	31.483.207
Estoques		987.299	1.013.549
Tributos a recuperar	6	1.907.428	1.088.308
Outras contas a receber		738.489	639.653
Despesas antecipadas		197.999	268.437
Total do ativo circulante		<u>85.737.825</u>	<u>93.701.664</u>
<b>Não circulante</b>			
Tributos diferidos	7	2.555.363	2.725.677
Adiantamento a fornecedores	8	23.560.707	19.631.603
Depósitos judiciais		1.816.984	1.141.358
Investimentos		2.400	2.400
Intangíveis	9	197.577.419	194.350.695
Total do ativo não circulante		<u>225.512.873</u>	<u>217.851.733</u>
Total do ativo		<u>311.250.698</u>	<u>311.553.397</u>

Fonte: Relatório das demonstrações Contábeis de Março de 2012 e Dezembro de 2011 da empresa Cia Exemplo Ltda.



## Cia Exemplo Ltda

## Quadro 2 – Balanço Patrimonial - Passivo

<b>Balanços patrimoniais</b>			
<b>em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011</b>			
<i>(Em Reais)</i>			
<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>31/03/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	10	93.860.883	93.255.635
Financiamentos	11	4.528.999	4.528.999
Obrigações sociais e trabalhistas		4.855.556	4.455.327
Obrigações tributárias	12	2.227.942	2.102.352
Imposto de renda e contribuição social		3.891.986	10.959.058
Participação nos lucros		2.517.544	2.327.684
Dividendos propostos a pagar		10.445.509	10.445.509
Cauções em garantia	14	302.868	305.784
Provisão para processos judiciais	13	1.339.704	2.029.093
Total do passivo circulante		<u>123.970.991</u>	<u>130.409.441</u>
<b>Não circulante</b>			
Financiamentos	11	3.019.332	4.151.582
Cauções em garantia	14	845.758	839.807
Total do passivo não circulante		<u>3.865.090</u>	<u>4.991.389</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	15	121.544.940	121.544.940
Reservas de lucro		54.607.627	54.607.627
Lucros Acumulados		7.262.050	-
Total do patrimônio líquido		<u>183.414.617</u>	<u>176.152.567</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>311.250.698</u></u>	<u><u>311.553.397</u></u>

Fonte: Relatório das demonstrações Contábeis de Março de 2012 e Dezembro de 2011 da empresa Cia Exemplo Ltda.

## Cia Exemplo Ltda

### Quadro 3 – Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração de resultados			
Trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011			
<i>(Em Reais)</i>			
	Nota	31/03/2012	31/03/2011
Receita líquida - Venda de gás	16	125.498.786	116.065.992
Receita de construção - CPC 17	16	<u>8.972.822</u>	<u>7.534.815</u>
		134.471.608	123.600.807
Custo dos produtos vendidos		(108.947.966)	(84.216.758)
Custo de construção - CPC 17	16	<u>(8.972.822)</u>	<u>(7.534.815)</u>
		<u>(117.920.788)</u>	<u>(91.751.573)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>16.550.820</u>	<u>31.849.234</u>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas comerciais		(1.533.134)	(1.625.296)
Despesas administrativas		(4.279.096)	(3.680.940)
Outros receitas (despesas) líquidas		<u>102.055</u>	<u>(694.577)</u>
		<u>(5.710.175)</u>	<u>(6.000.813)</u>
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<u>10.840.645</u>	<u>25.848.421</u>
Receitas financeiras		687.915	3.008.102
Despesas financeiras		<u>(204.210)</u>	<u>(462.524)</u>
		<u>483.705</u>	<u>2.545.578</u>
<b>Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<u>11.324.350</u>	<u>28.393.999</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente		(3.891.986)	(7.098.415)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>(170.314)</u>	<u>(2.557.590)</u>
<b>Lucro líquido do trimestre</b>		<u>7.262.050</u>	<u>18.737.994</u>

Fonte: Relatório das demonstrações Contábeis de Março de 2012 e Dezembro de 2011 da empresa Cia Exemplo Ltda.

## Cia Exemplo Ltda.

### Quadro 4 – Notas Explicativas

#### Adiantamento a fornecedores

O montante de R\$ 23.560.707 (R\$ 19.631.603 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a diferença entre os volumes de gás adquiridos e efetivamente distribuídos conforme Aditivo Contratual de 02 de fevereiro de 2007, firmado com a fornecedora de gás natural - Petrobras.

De acordo com o referido contrato a Companhia possui obrigação mínima de transporte diário de 1.900.000m<sup>3</sup>. A medição de tal utilização se dá anualmente, sendo que o aditivo supramencionado convencionou o exercício como tendo início no dia 1º de abril e término em 31 de março.

Assim, quando apurado diferença positiva entre a garantia diária e a quantidade de gás efetivamente transportado durante o exercício a Companhia passa a ter a obrigatoriedade de pagar à Petrobras, o valor correspondente a esta diferença.

A quantidade quitada e não consumida poderá ser recuperada nos anos remanescentes do contrato, desde que não ultrapasse o prazo máximo de 10 (dez) anos.

A previsão para início da compensação, segundo estudos efetuados pela Companhia, se dará a partir de 2012, conforme apresentado no quadro abaixo.

Recuperação SOP SOP ac. - m <sup>3</sup>	m <sup>3</sup> Volume	Data Ano - Período	Período de recuperação Período
Recuperação dos valores de 2007	77.927.005	Ano 8 - Abr07/Mar08	Abril/12 a Mar/13
Recuperação dos valores de 2008	27.196.549	Ano 9 - Abr08/Mar09	Abril/13 a Ago/13
Recuperação dos valores de 2009	43.299.567	Ano 10 - Abr09/Mar/10	Set/13 a Mar/14
Recuperação dos valores de 2010	<u>36.187.455</u>	Ano 11 - Abr 10/Mar11	
Total a recuperar	<u>184.610.576</u>		

#### Intangíveis

	Taxa anual de amortização	31/03/12	31/12/11
Terrenos	-	387.990	363.990
Tubulações	10%	275.983.610	273.210.649
Aparelhos, máquinas e equipamentos	10%	66.004.004	65.514.598
Sistemas e equipamentos de informática	10%	3.178.085	3.139.531
Equipamentos e móveis administrativos	10%	1.341.773	1.315.736
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	416.772	415.583
Sistema de gestão	10%	1.159.551	1.159.551
Software	10%	1.545.320	1.432.662
Obras em andamento		<u>55.654.103</u>	<u>49.100.726</u>
		405.671.208	395.653.026
(-) Amortização acumulada		<u>(208.093.789)</u>	<u>(201.302.331)</u>
		<u>197.577.419</u>	<u>194.350.695</u>

<b>Fornecedores</b>				<b>31/03/12</b>	<b>31/12/11</b>
Fornecedor de Gás – Petrobras				83.623.103	83.495.058
Fornecedores de materiais e serviços				<u>10.237.780</u>	<u>9.760.577</u>
				<u>93.860.883</u>	<u>93.255.635</u>
<b>Financiamentos</b>					
<b>Tipo</b>	<b>Encargos financeiros</b>	<b>Vencimento</b>		<b>31/03/12</b>	<b>31/12/11</b>
BNDES 2	4% ao ano mais TJLP	15/11/2013	<b>Circulante</b>	4.528.999	4.528.999
			<b>Não circulante</b>	<u>3.019.332</u>	<u>4.151.582</u>
				<u>7.548.331</u>	<u>8.680.581</u>

Fonte: Relatório das demonstrações Contábeis de Março de 2012 e Dezembro de 2011 da empresa Cia Exemplo Ltda.

#### Quadro 5 – Dados Extraídos do Balanço para Análise

<b>DADOS EXTRAÍDOS DO BALANÇO PATRIMONIAL PARA ANÁLISE</b>		
<b>ATIVO</b>	<b>MARÇO 2012</b>	<b>DEZEMBRO 2011</b>
Ativo Circulante	85.737.825	93.701.664
Disponibilidades	47.007.169	59.208.510
Direitos Realizáveis	37.565.157	33.479.605
Estoques	987.299	1.013.549
Realizável a LP	27.933.054	23.498.638
Ativo Permanente	197.579.819	194.353.095
<b>TOTAL</b>	<b>311.250.698</b>	<b>311.553.397</b>

<b>PASSIVO</b>	<b>MARÇO 2012</b>	<b>DEZEMBRO 2011</b>
Passivo Circulante	123.970.991	130.409.441
Exigível a LP	3.865.090	4.991.389
Exigível Total	127.836.081	135.400.830
Patrimônio Líquido	183.414.617	176.152.567
<b>TOTAL</b>	<b>311.250.698</b>	<b>311.553.397</b>

**Quadro 6 – Dados Extraídos da D R E para Análise**

<b>DADOS EXTRAÍDOS DA D R E PARA ANÁLISE</b>		
<b>Período da D R E</b>	<b>MARÇO 2012</b>	<b>DEZEMBRO 2011</b>
Receita Líquida Vendas	134.471.608	123.600.807
Lucro Líquido	7.262.050	18.737.994

Fonte: Elaborado pelo Autor

**Quadro 7 – Indicadores Financeiros**

<b>INDICADORES FINANCEIROS</b>		
<b>Período</b>	<b>MARÇO 2012</b>	<b>DEZEMBRO 2011</b>
<b>QUOCIENTES FINANCEIROS</b>		
<b>Liquidez</b>		
Liquidez Imediata	0,38	0,45
Liquidez Corrente	0,69	0,72
Liquidez Seca	0,68	0,71
Liquidez Geral	0,89	0,87
<b>ESTRUTURA DE CAPITAIS</b>		
Participação de Capitais de Terc	0,70	0,77
Participação de Capital Próprio	0,59	0,57
Composição do Endividamento	0,97	0,96
<b>QUOCIENTES ECONOMICOS</b>		
<b>Rentabilidade</b>		
Margem Líquida	0,05	0,15
Giro do Ativo	0,43	0,40
Rentabilidade do Ativo	0,02	0,06
Rentabilidade do PL.	0,03	0,10

Fonte: Elaborado pelo Autor

## 6.1 O ANALISTA E SEU PARECER

O analista financeiro realizou todos os procedimentos de análises básicas das demonstrações contábeis, e desta forma realizou o procedimento de parecer em relação as ponderações sobre os demonstrativos financeiros.

### 6.1.1 Análise Financeira

Na análise de liquidez, pode-se afirmar que a situação da organização não é favorável, já que todos os índices de liquidez mostram um grau de solvência muito inferior a 1.

É de fundamental importância ressaltar alguns fatores que contribuem para o índice de baixa liquidez: A empresa possui um valor de Contas a Receber muito abaixo do que o valor mostrado no Contas a pagar. Assim demonstra-se que a organização consegue manter um grau de inadimplência baixo.

É interessante destacar que o valor do estoque é baixo, de acordo com a atividade da empresa, que consiste na exploração e distribuição de energia para o estado.

É de normalidade concluir então, que o grau de solvência da organização é considerado interessante, apesar de os índices mostrarem o contrário, pelo fato da empresa conseguir efetuar os pagamentos em prazos maiores que o recebimento, já que sua necessidade para vários clientes é de importância vital.

Na estrutura de capitais e endividamento, pode-se discorrer que a empresa, tem um grau de endividamento bem baixo, pois utiliza de recursos financeiros ligados ao BNDES para manter alguns títulos em cobrança de clientes que são mantidos por especificação de contrato, já que a empresa é de economia mista (Pública/Privada). Sendo assim não é necessário dinheiro do mercado financeiro para manter a atividade da organização, ou seja, manter o capital de giro, já que a organização tem capital suficiente para manter as atividades normalmente.

### 6.1.2 Análise Econômica

Na análise econômica percebe-se que a situação da empresa piorou de 2011 para o ano de 2012, já que a rentabilidade que já chegou a estar em 15%, valor muito interessante para esta atividade, teve uma queda, e no momento encontra-se em uma porcentagem de 5%.

O giro do ativo permaneceu no mesmo patamar, mostrando que a organização, está mantendo sua atividade através de seu próprio dinheiro (caixa), não necessitando assim de financiamento de valores para capital de giro.

A conclusão que se chega ao analisar a situação econômica da organização é a de que a mesma não necessita de capital de giro, ou seja, de investimento para manter suas atividades, já que consegue receber, antes de efetuar os pagamentos, isso faz com que a empresa mantenha um alto valor em caixa, para manter sua atividade. Pode-se perceber também, que a queda da rentabilidade, deve-se muito ao grande aumento do custo do produto, devido ao bloqueio das vendas, deste tipo de energia em algumas fontes, encarecendo o produto.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de demonstrações financeiras é fundamental no processo de tomada de decisão, pois se torna uma excelente ferramenta de gestão para as empresas em geral, bem como para a instituição financeira que realiza a análise em um provável requerimento de crédito.

Desta forma, o objetivo da pesquisa foi conhecer e demonstrar os procedimentos necessários para se conceder crédito, minimizando os riscos, no que diz respeito a análises financeiras realizadas pelos gerentes de negócios em uma instituição financeira privada. Sendo assim realizou-se a análise de demonstrativos contábeis, tais como Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados do Exercício dos períodos de 2011 e o mês de março de 2012, sendo efetuada a análise dos mesmos, em torno de uma organização que opera no ramo de energia.

Em relação ao primeiro objetivo específico, verificaram-se as principais análises financeiras utilizadas no processo dentro da instituição financeira, bem como a realização dos cálculos. Constatou-se que as análises verticais e horizontais ainda são observadas, porém é na análise de liquidez e do grau de endividamento a base para conclusão da situação financeira da organização requerente do crédito.

Em relação ao segundo objetivo específico, concluiu-se que a organização analisada apresenta um grau de liquidez desfavorável, porém percebe-se que a mesma trabalha com um valor maior na conta “fornecedores”, sendo que a empresa recebe dos clientes em um maior espaço de tempo, tendo assim um alto valor na conta caixa. O endividamento da empresa é baixo, devido a mesma utilizar-se do benefício do financiamento junto ao BNDES, tendo assim taxas reduzidas, podendo alavancar o negócio em momentos de necessidade.

No que se observa em torno do terceiro objetivo específico, constatou-se que para a segurança das instituições financeiras em geral, se faz necessário todo um conjunto de informações sobre os clientes. Para concessão de crédito é extremamente importante gerentes de operações experientes e ainda um sistema bancário muito rígido e completo para analisar a situação de determinado cliente, já que uma operação mal sucedida poderia resultar em danos financeiros e principalmente a reputação.



A situação financeira é um problema em praticamente todas as empresas, então todo o cuidado é pouco na hora de conceder crédito, já que um cliente muito endividado e mal organizado dificilmente terá condições de sanar a dívida. Sendo assim percebe-se que com uma análise financeira bem feita, com clareza, conhecimento, e por fim com qualidade, a instituição financeira pode conceder crédito com segurança

Por fim é de extrema importância cada análise realizada, pois um cliente só confia na capacidade de uma instituição bancária com o passar do tempo, criando um laço de confiança, respeito. E para essa boa relação gerar grandes frutos financeiros, deve ser realizado todas as operações com segurança e com um grande grau de responsabilidade.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Aidil Jesus da Silveira. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 2. Ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BARROS, Sidney Ferro. **Contabilidade Básica**. 2. Ed. São Paulo: Thomson IOB, 2005.

BRAGA, Hugo Rocha, **Estrutura, análise e interpretação das Demonstrações Contábeis**, ed São Paulo: Atlas, 2006.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios da administração financeira**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

IDUDÍCIBUS, Sérgio. **Análise financeira de balanços**. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEONI, Geraldo; LEONI, Evandro Geraldo. **Cadastro, Crédito e Cobrança**. São Paulo: Atlas, 1998.

MARTINS, Rosilda Baron. **Metodologia Científica**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2004.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**. 7. ed. São Paulo; Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luíz. **Manual de Contabilidade Básica: uma introdução a Prática contábil**. 5. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

REIS, Arnaldo. **Demonstrações contábeis, estrutura e análise**. São Paulo: Saraiva, 2003.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica**. 27. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

SANTI FILHO, A. **Avaliação de Riscos de Crédito: para gerentes de operações**. São Paulo: Atlas, 1997.

SANTOS, Edno de Oliveira. **Administração financeira de pequena e média empresa**. São Paulo: Atlas, 1998.

SCHRICKEL, W. Kurt. **Análise de Crédito: concessão e gerência de empréstimos**. São Paulo: Atlas, 2000.

SILVA, J. Pereira. **Gestão e Análise de Risco de Crédito**. São Paulo: Atlas, 1998.

TAVARES, Ricardo Ferro. **Crédito e Cobrança**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Editora Prentice Hall do Brasil, 2001.

[http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2010/001282](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2010/001282)